



Boa Vista-RR, 21 de julho de 2015 Edição 2096 | Páginas: 06

Editado conforme Resolução da Mesa nº 041/08, c/c Resolução Legislativa nº 002/10

Palácio Antônio Martins, nº 202, Centro | 7ª LEGISLATURA

49° PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS 1ª VICE-PRESIDENTE NALDO DA LOTERIA 1º SECRETÁRIO **DHIEGO COELHO** 3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ 2° VICE-PRESIDENTE MARCELO CABRAL 2º SECRETÁRIO **IZAIAS MAIA** 4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART 3° VICE-PRESIDENTE **MASAMY EDA** CORREGEDOR GERAL JORGE EVERTON **OUVIDOR GERAL**

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 036/2015

DEPUTADO JALSER RENIER - PRESIDENTE

DEPUTADA AURELINA MEDEIROS DEPUTADA ÂNGELA ÁGUIDA PORTELLA **DEPUTADO BRITO BEZERRA DEPUTADO CHICO MOZART DEPUTADO CORONEL CHAGAS** DEPUTADO GABRIEL PICANÇO **DEPUTADO GEORGE MELO** DEPUTADO JÂNIO XINGÚ

DEPUTADO JORGE EVERTON DEPUTADA LENIR RODRIGUES DEPUTADO MARCELO CABRAL DEPUTADO MECIAS DE JESUS DEPUTADO NALDO DA LOTERIA **DEPUTADO OLENO MATOS** DEPUTADO VALDENIR FERREIRA

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

EXPEDIENTE

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED), e pelo e-mail docgeralale@gmail.com de segunda a sexta-feira.

Atos Legislativos

- Ata da 2407ª Sessão Ordinária- Integra 02

SUMÁRIO

Ata).



ATOS LEGISLATIVOS

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2407ª SESSÃO, EM 17 DE JUNHO DE 2015. 49º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA. ORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER.

Às nove horas do dia dezessete de junho de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima sétima Sessão Ordinária do quadragésimo nono período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

- O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à verificação de quórum.
- O Senhor Primeiro-Secretário (Naldo da Loteria) Senhor Presidente, há quórum regimental.
- O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

- O Senhor Segundo-Secretário (Francisco Mozart) (Lida a
- O Senhor Presidente (Jalser Renier) Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de 16/06/15, do Deputado Odilon Filho ao Governo do Estado, indicando instalação de Base de Operações de Fiscalização Ambiental nas imediações da foz do Rio Branco, em regime de urgência;

Indicação s/nº, de 16/06/15, do Deputado Jânio Xingú ao Governo do Estado, indicando elaboração de Projeto de Lei que altere a nomenclatura dos cargos de Agente Sócio-Orientador e Agente Sócio-Instrutor para Agente Sócio-Educador, sobre os quais trata a Lei nº 392, de 14/08/03;

Ofício nº 134, de 02/06/15, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima – TCE/RR, encaminhando o Relatório da Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2015.

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

Ofício nº 04, de 27/05/15, do Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando sugestão de alteração do PLDO 2016.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

- O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.
- O Senhor Primeiro-Secretário (Naldo da Loteria) Senhor Presidente, há xx oradores inscritos.

O Senhor Deputado Izaias Maia - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o assunto que trago aqui é importante. E peço a atenção dos nobres Deputados, da Presidência da Casa e do povo em geral. O que vou falar, aqui, será o mesmo que falei ontem no programa Barra Pesada, que também é do povo. Eu falo porque eu vi, ninguém disse, ninguém comentou. Na sexta-feira senti uma dor no coração e fui para o Hospital Geral, porque eu não ando em UNIMED nem vou para Brasília, me internei lá. Encontrei profissionais de primeira qualidade, zeladores, enfermeiros, nutricionistas, profissionais de saúde de uma forma geral. E o pedido que faço é, se interessar aos parlamentares e ao Líder do Governo, Deputado Brito Bezerra, que, se possível, visitem o Hospital Geral, porque ali está uma calamidade. É uma podridão nas enfermarias. Fiquei primeiramente no trauma, e, até ontem às 7h, na enfermaria. Ali é uma situação de desumanidade. As pessoas chegavam para mim e me perguntavam se eu tinha Lozartana. Eu dizia brincando que ainda não tinha começado a vender. Perguntavam se eu tinha Civastentina. Eu dizia que não me avisaram para levar. Mas, até aí tudo bem. Entendemos a dificuldade por que passa o Governo do Estado. Mas, agora, a situação sanitária, meu querido Mecias, Gabriel, parlamentares em geral, é uma coisa que você acredita só se ver. A comida é de última qualidade, isso eu digo e provo, pois filmei. Eu pedi, por favor, para me levarem uma maçã e a moça a trouxe. Eu dei uma mordida exatamente na parte podre, eu filmei está aqui. O problema é que alguma empresa está recebendo bem para fornecer... com toda a certeza houve licitação. Fomos para a área sanitária, você entra no banheiro e a podridão é grande, o cheiro de fezes, de mofo é muito grande. O cidadão que está lá se tratando vai acabar morrendo de infecção.

Então, o que eu quero não é denegrir, e nem atacar ninguém, quero pedir aos nobres Deputados que visitem essa instituição porque a situação está complicada. A Governadora tem seus assessores para resolver esse problema. Mas se você tentar falar com o Doutor Kalil, não consegue. Então, queria pedir para o Senhor Deputado Brito, como Líder do Governo, que fizesse uma visita lá, onde a situação é de podridão. Deveriam fazer uma melhoria, porque você entra nos banheiros encontra tudo quebrado, o mau cheiro é muito grande. Aqueles medicamentos primordiais estão faltando, porque os enfermeiros perguntam se você tem o remédio, caso contrário, não toma a medicação, vai morrer à míngua ou vai pegar uma infecção.

Então, eu solicito aos meus pares que se houver a possibilidade, dentro dos trâmites legais desta Casa, para uma comissão visitar e ver o que podemos fazer, porque ali é uma situação de calamidade pública. Se chegar num banheiro, tudo quebrado, as fezes passando a céu aberto, chegar e chamar um pedreiro para dar um jeitinho, quebrar o galho, enquanto se resolve, é admissível, mas deixar do jeito que está, não pode continuar. Mas digo, funcionários, do zelador ao diretor que estão lá, estão fazendo o possível. Vou dar um exemplo: pegaram o aparelho para auferir a pressão, o rapaz colocou, apertou o pulso, e disse: - Fale comigo. Eu falei: - Tudo bom? Ele me perguntou: - O senhor está vivo ainda? Eu disse: - Estou, por quê? Ele me disse: - É que a sua pressão está dando trinta por vinte e pouco. O aparelho, na verdade, quando dá 12/08, o normal até 14/09 é normal. E ele me disse: - se colocar no pé de um jumento, vai dar a mesma coisa. Quer dizer, então o cara vai morrer ali pensando que está sendo tratado, quando, na verdade, ele não está, porque os equipamentos não estão funcionando adequadamente.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Naldo da Loteria** — Só para chamar atenção sobre essa matéria, que o Senhor está falando, é um problema que a gente escuta há tempos. A questão da saúde do nosso Estado passa por dificuldades, mas outras coisas que vão muito bem, como, por exemplo, os arraiais. A gente está vendo que a Prefeitura está fazendo um arraial, promovendo a cultura no nosso município que com certeza é louvável, também o governo do Estado vai fazer um logo em seguida. O Governo do Estado tem o papel de cuidar da segurança, da saúde e apoiar o município. Mas aqui o governo, principalmente na capital, sempre tem a preocupação de concorrer com o município e não apoiar. É questão de chamar atenção para a saúde. Não tem aparelho, medicamento, o valor da alimentação aumentou, mas na qualidade diminuiu. Então, tudo isso tem que ser revisto. Eu torci muito para uma mudança de governo, porque governo de continuísmo é ruim, mesmo com o novo governo, os maus costumes continuam os mesmos.

Quero dizer que é lamentável. O Governo do Estado tem começar a priorizar os investimentos no nosso Estado, e acabar com essa concorrência.

O Senhor Deputado **Izaias Maia**, continua. — Então, Brito, queria pedir a Você que é representante do Governo do Estado, juntamente com outros Deputados, possamos visitar, pois é calamidade total. Volto a dizer, eu não tenho lado político, não me elegi com governo, prefeitura, congresso nacional, foi eu, Deus e o povo.

Então, a única coisa que eu quero é o mínimo para essa situação que está acontecendo, que possa ser resolvida.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra -Deputado Izaias, é de suma importância o assunto que Vossa Excelência traz à Tribuna. A saúde, como a educação, segurança pública, são direitos fundamentais e constitucionais do povo brasileiro, ou seja, vêm recursos direcionados para suprir as condições de saúde do Estado e do Município. Eu acredito que é preciso fazer muito pela saúde do nosso Estado, precisa-se ampliar o Hospital Geral, hoje nós vimos denúncias no jornal sobre pacientes deitados no chão dos corredores. Vossa Excelência acabou de falar que tem banheiros com esgotos a céu aberto. Falou também que não têm medicamentos, mas eu vi também denúncias de compras de medicamentos em regime de urgência, se é em regime de urgência teria que estar no hospital, por isso a dispensa da licitação. Fiz uma visita ao Hospital Geral na época da oposição, com o Deputado Sampaio, inclusive, chamaram até a polícia. Na época, o Secretário era o Leocádio, mas tivemos o apoio da população porque é algo urgente. Com saúde não se brinca, Vossa Excelência passou há pouco por isso.



Então, eu gostaria que o senhor encaminhasse essa denúncia formal ao meu gabinete. Existe nesta Casa Comissão de Saúde, mas cabe sim uma visita ao hospital para ver essas questões, essas denuncias que estão sendo feita pelo Deputado. A Governadora Suely tem trabalhado diuturnamente para que a saúde seja efetivada com respeito ao cidadão, assim como os outros segmentos. E nós aqui da Assembleia temos a atribuição de fiscalizar e levar essas demandas para que sejam resolvidas.

Concordo com Vossa Excelência quanto à necessidade de uma visita dos Deputados Estaduais ao Hospital Geral, como, também, a outras secretarias. Nós temos a atribuição constitucional de acompanhar o Executivo.

Quanto à questão dos arraiais, eu gostaria de fazer um contraponto sobre o que disse o Deputado Naldo da Loteria. O Arraial Macuxi, do Governo do Estado, tem um recurso diferente. Inclusive através da Secretaria de Cultura, são recursos federais que foram repassados pela Secretaria de Cultura que vai condicionar o Governo do Estado a fazer esse grande arraial, trazer entretenimento e cultura para o povo do nosso Estado. Não podíamos passar o dinheiro que veio direito do Ministério da Cultura para a Secretaria de Cultura, direto para a Secretaria de Saúde. Portanto, é algo muito diferente. A gente entende que não se pode fazer festa enquanto o povo está doente, mas o recurso é outro, o recurso é destinado à cultura, portanto vamos usar o recurso para a cultura, valorizar a cultura e as tradições do povo roraimense. Mas quanto à denúncia do Hospital Geral, concordo plenamente, devemos sim averiguar de perto e trazer uma resolutividade rápida, apesar de que o governo está construindo novos leitos, manteve o contrato com os hospitais particulares, mas as denúncias de Vossa Excelência que esteve lá in loco, devem ser averiguadas.

O Senhor Deputado **Izaias Maia,** continua. –Obrigado, Deputado Brito.

Então, para encerrar, quero dizer que isso é uma questão de humanidade e eu queria pedir a ajuda dos demais Parlamentares.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus -Deputado Izaias, quero agradecer por ter me concedido o aparte e dizer que, lamentavelmente, isso que ocorreu e ocorre hoje no Hospital Geral e é de conhecimento de todos que a saúde do País atravessa por uma crise. Aqui em Roraima não é diferente. Eu sei que muitos adversários do atual governo dizem que a gente tem que esquecer a gestão passada. Não há como esquecer a gestão passada porque quando o governo sai, ele não leva os problemas junto. O Governador faz um governo ruim e deixa os problemas para o seu sucessor, deixa a desgraça que ficou no Estado, como o governo passado deixou para a Governadora Suely. Uma desgraça na saúde, na educação, na infraestrutura do Estado, pontes quebrando, estradas interrompidas. Enfim, mas não se pode negar o esforço da atual gestão, da Governadora Suely Campos, do Secretário de Saúde Doutor Kalil, e dos Doutores Paulo Linhares e César, da equipe deles, numa tentativa de fazer uma saúde melhor. Para vocês terem uma idéia, a fila de cirurgia, só para vesícula, eram 1600 pessoas. Hoje essa fila reduziu para 80 pessoas. Os médicos só recebem se trabalharem, mas se não operarem, não recebem. Por quê? Porque eles estão recebendo por produção. Antigamente o médico recebia o salário de qualquer forma, trabalhando ou não o dinheiro estava na conta dele. Agora se não operar, se não trabalhar, não tem salário. Agora a situação do esgoto a céu aberto, essa situação que falta medicação e equipamentos, isso, infelizmente, ainda demanda um tempo grande, é lamentável que isso aconteca. Mas, eu mesmo vi no seu programa. Eu e o Deputado Brito denunciamos inúmeras vezes na Assembleia o descaso no Hospital Geral, pois vimos gente que estava com cirurgia marcada pra um ano depois, gente que morria na fila porque não era atendido e isso vem de longos anos e não há como consertar em 6 meses erros de um governo desastroso de 7 anos. Infelizmente não dá. Mas o Doutor Kalil e Doutor Paulo Linhares, Doutor César, com orientação da Dona Suely, estão fazendo o possível e impossível, tanto na capital quanto no interior, aliás, desobstruindo o interior. No Hospital de Rorainópolis, hoje, fazem cirurgias de todos os níveis. No ano passado, 80% da população que vinha para Boa Vista para fazer consultas e cirurgias, agora não vem mais. Isso porque o Hospital de Rorainópolis está equipado de tal forma que dá para atender o povo daquela região. Hoje acontece o contrário, muita gente sai de Boa Vista para se operar em Rorainópolis porque é mais rápido. Então, há uma intenção, há uma honestidade no trabalho, há dedicação. Agora, infelizmente, o tempo é muito curto, é lamentável. Eu me proponho aqui, como membro da Comissão de Saúde e Educação, tenho certeza que a Deputada Lenir que é Presidente da Comissão e os demais Deputados não irão se furtar em nos acompanhar para falarmos com o Secretário, mostrar os locais, eles sabem disso, estão tentando resolver. Infelizmente, para tudo tem que ter licitação, quer seja emergencial ou não, tem que ter um processo licitatório, e o processo licitatório não se faz em uma semana ou 15 dias. Aproveito a oportunidade e parabenizo Vossa Excelência, faço votos que esteja bem de saúde, que não tenha sido nada grave e que possamos trabalhar junto por um Estado melhor para todos nós. Obrigado.

O Senhor Deputado **Izaias Maia,** continua – Obrigado, Deputado Mecias.

Gostaria de dizer que, na sexta-feira, eu estava no trauma, entrou um cidadão e o colocaram numa maca, uma maca praticamente destruída, infelizmente, ele não teve como se apoiar, esse cidadão caiu da maca e ontem veio a falecer, além do problema que tinha e com a queda que sofreu, numa maca destruída, o cidadão em choque caiu. Por essas coisas que gostaria apelar aos parlamentares, não politicamente, mas, ao coração de todos vocês para que façamos alguma coisa em benefício daquelas pessoas mais humildes, daqueles que não têm condições nem de comprar uma dipirona para salvar sua vida.

O Senhor Presidente (Jalser Renier) — Deputado Izaias, eu estou sendo informado pela assessoria de comunicação desta Presidência, que neste momento existe um mandado de busca e apreensão na própria Secretaria Estadual de Saúde. Desde ontem dia 16.06, uma equipe do Ministério Público do Estado de Roraima e Justiça cumprem mandado de busca e apreensão de processos licitatórios, realizados pela Secretaria de Estadual de Saúde por suspeita de fraude. A medida visa destruir a eventual civil pública pelo ato de improbidade administrativa contra o Secretário de Saúde, Kalil Coelho do Estado de Roraima, em razão do descumprimento da requisição da Promotoria de Justiça na defesa da Saúde.

Ação do Ministério Público Estadual foi acolhida pelo Juiz da 1° vara da coisa pública que determinou investigar, em caráter de urgência, em razão da inépcia do atual Secretário em atender os reiterados pedidos da promotoria em total descumprimento da legislação vigente.

As investigações do Ministério Público Estadual foram motivadas com base, usando o procedimento investigatório, instalado em 2015, no âmbito da Promotoria para apurar irregularidade de contratação.

Esta informação me chega neste momento pela Secretaria de Comunicação desta Casa.

Na verdade, no início do mês de janeiro, nós pedimos, em caráter oficial, que a Comissão de Saúde, que ainda não havia sido instalada, mas logo após, a Deputada Lenir fora indicada para assumir e que atuasse no procedimento de licitação que houve dentro da Secretária de Saúde, por dispensa de licitação. Quanto ao relatório do Deputado George Melo, não me lembro se ficou pronto, mas estamos aguardando o relatório ser concluído para que nós possamos apresentá-lo em plenário. Só então, a Assembleia Legislativa vai agir de acordo com os pontos que julgarmos necessários.

Na verdade, a intenção desta Casa é fazer política com responsabilidade. Nós não queremos aqui criar nenhum imbróglio porque nenhum ser deste Estado, desta Casa quer que nenhum governo erre, porque qualquer ente que tome medidas erradas, o penalizado acaba sendo a população, e o reflexo está nas nossas vidas, nas nossas casas e na nossa própria pele. Então, na verdade, não há de se querer criar constrangimentos para desestabilizar a imagem de qualquer um que seja, qual for o governo. Não é porque você tem um ponto de vista que enfrenta o de outro, que você não mereça respeito dentro daquilo que você entende que é necessário.

Por essa razão, quero me solidarizar ao discurso de Vossa Excelência. Dizer que, na verdade, a Assembleia se antecipou aos fatos, existe um relatório concluso, existe uma posição definida e a Comissão de saúde está trabalhando. Peço que a Deputada Lenir, juntamente com a Comissão de Saúde, logo ao término desta Sessão, faça uma reunião emergente e visite novamente as instalações da Secretaria de Saúde para, juntamente, com o Deputado George Melo, líder do bloco G14, nos faça na próxima semana um relatório conclusivo para que possamos tomar ciência daquilo que foi feito desde o início de janeiro. Era o que eu tinha a dizer.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – O Deputado Mecias acerta quando diz que o Brasil está vivendo um problema de saúde muito grande. Eu tenho um irmão que se acidentou, semana passada, o Gerson que trabalha no Financeiro, quebrou 08 costelas. E para surpresa, na hora em que ele se acidentou, falaram, não o levem para UNIMED, levem para o HGR. Então, Vossa Excelência, mesmo que tivesse um plano, quando se dirigiu ao HGR acertou, porque com toda dificuldade que tem aquele hospital, quando o problema é sério, as pessoas vão direto, porque lá é onde tem mais recursos.

Eu discordo da fala do Deputado Mecias, que isso é problema do governo anterior. O governo anterior teve muita responsabilidade também com aquele hospital. Lá havia 04 UTIs, subiu para 20, são de boa qualidade, eu acompanhei todo o desenrolar. Foi licitado um novo formato, um novo prédio para dar tranquilidade à população de Roraima que cresce todo dia. Tivemos o primeiro Governo do Ottomar, depois veio o de Neudo Campos, de lá para cá veio Flamarion, Ottomar de novo, e a população praticamente duplicou. Então, há uma demanda muito grande. Eu sei que

as dificuldades são grandes, precisamos acompanhar, há muitas denúncias, e nós temos que estar presentes nisso tudo. Vossa Excelência foi feliz em fazer essa cobrança de serviço de boa qualidade até porque em Roraima, apesar das dificuldades, nós temos o melhor serviço do Brasil. Pode ter certeza, Deputado Izaías, com tudo que a gente se surpreende. Eu tenho um irmão que perdeu a perna, que foi para o Hospital de Base em Brasília, nós passamos 22 dias esperando para ele ser atendido, com a perna amputada.

Isso não justiça, temos uma população bem menor que a dos outros Estados, a gente busca o melhor serviço para a nossa população.

Vossa Excelência está de parabéns, quando, desta Tribuna, coloca dificuldade, não só sua, mas das pessoas que estavam lá também. As pessoas que chegam com trauma, que precisam ser melhor atendidas, mas a gente sabe que há uma dificuldade muito grande, porque o repasse que chega aquela unidade da Secretaria de Saúde é insuficiente para a demanda que tem hoje o Estado.

Então, me solidarizo com Vossa Excelência, e também estava na torcida, e tenho certeza que, a partir de agora, Vossa excelência vai cuidar melhor da sua saúde.

Presidente Jalser, tenha certeza que semana que vem, o relatório vai ser concluído. Bom-dia a todos e obrigado pelo seu espaço.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** — Deputado Isaías, eu gostaria, por uma questão de ordem, aproveitando que Vossa Excelência está na tribuna para me pronunciar. Senhor Presidente, eu conversei agora com o secretário adjunto de saúde que me relatou sobre o mandado de busca e apreensão, e se coloca à disposição desta Casa, se Vossas Excelências acharem necessário ele vir neste momento esclarecer a questão da busca e apreensão, pelo Ministério Público, dos processos em andamento naquela secretaria. Então, a Secretaria de Saúde, através do Senhor Secretário, se coloca à disposição da Casa para esclarecer esses fatos. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Deputado Izaías, eu fiquei preocupado quando Vossa Excelência passou mal. Tomei conhecimento depois, pois nós estávamos na reunião da UNALE. Mas pedi que procurassem saber, e vejo que Vossa Excelência se recuperou. Como o Deputado George falou, é bom cuidar da saúde. Espero que senhor tenha uma boa recuperação.

Com relação à saúde, é muito preocupante essa situação. Às vezes eu penso que o Governo atual está vivendo num mundo de faz-deconta. São seis meses já que se passaram e muito se fala dos governos passados. Realmente, existiram erros nos governos passados. E alguns dos atuais Deputados também estavam aqui na gestão passada. Por isso eu defendo que o papel do legislativo é fiscalizar para que amanhã a gente não fique dizendo que os governos passados erraram. E onde houver a participação do legislativo, se denuncia com documentos e provas e é taxado como um cara chato da história porque você não desceu palanque. Não é questão de palanque; é uma questão política. A Assembleia tem que ter essa postura política. E eu venho defendendo até que a Governadora cumpra a Constituição. É de conhecimento de todos que ela não está preocupada com a Constituição. Não está preocupada com os poderes. Ela não está preocupada com a população. Está claro. É tanto que ela não está cumprindo as promessas, conforme comprometeu durante a campanha. Recentemente, a Delegada-geral cometeu um crime de improbidade administrativa e declarou isso na Comissão de Administração, Serviços Públicos e Segurança Pública. O próprio Coronel Chagas confirmou que ela não está respeitando a Constituição porque a Governadora entende que precisa de regulamentação. E desde quando que a Emenda Constitucional, depois de promulgada, precisa de regulamentação? Isso é crime de responsabilidade! Aí nós imaginamos que ela se equivocou ao falar que foi determinação da governadora. E, então, solicitamos informações. Só que, para a nossa surpresa, após a Delegada-geral falar isso, simplesmente a Governadora publicou um decreto transferindo poder de gestão para a Delegada-geral, contrariando a Constituição. Ela simplesmente convalidou o crime de responsabilidade. E é responsabilidade desta Casa apurar. Nós solicitamos mais uma vez à PROGE que se manifeste.

Agora, quanto à saúde, nosso presidente dá essa triste notícia. Mas eu fico feliz em ver que o Ministério Público está enxergando as denúncias que estão sendo feitas aqui na Assembleia. Uma coisa é querer transformar isso num palanque político. Outra coisa é tudo que vai para a tribuna, tudo o que a gente fala aqui é apurado pelo Tribunal de Contas, é confirmado pelo Ministério Público de Contas e pelo Ministério Público Estadual. Então, nós estamos vendo a reprise do governo passado, mas não do último governo, mas sim do Governo Neudo Campos. Eu também fiz um documento para que se esclareça a atual situação do Senhor Neudo Campos, porque se ele não pode ocupar cargo público, ele também não pode ter atribuição no governo. E eu espero que esta Casa, no próximo governo, não seja responsabilizada por omissão em relação ao governo atual. Como, em

tese, os Deputados que eram oposição no governo passado, acabou jogando essa responsabilidade para os Deputados que estavam aqui na legislatura passada. Eu lamento que o Governo do Estado esteja tendo essa postura. Muito obrigado.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros -Deputado Izaías, obrigada. Eu, no início, ia falar, já tinha recuado, mas agora veio essa notícia. Eu não vou discutir aqui legalidade ou não do processo, eu não o conheço. Mas eu queria falar das atribuições desta Casa. No ano passado, nós aprovamos aqui no orçamento, e tem uma boa parte dos Deputados aqui que se reelegeram. Os que não se reelegeram, para cumprir o papel de fiscalizar, têm que conhecer a realidade dos recursos disponíveis deste Estado. Quando o orcamento do ano passado chegou aqui, o orçamento da saúde era de 284 milhões de reais que foi aprovado agui por nós. E esse recurso era de 263 milhões. Pagavam apenas os servidores efetivos e os cargos comissionados do Estado. Sobravam 23 milhões para todas as ações de saúde. Pagamento dos médicos especialistas na cooperativa, de forma que a saúde já começou com o nosso orçamento aprovado, um rombo de orçamento muito grande. Nós nos mobilizamos aqui e aprovamos uma emenda de 58 milhões de reais para possibilitar que no dia primeiro, pagassem os médicos especialistas da cooperativa, que não estava previsto no orçamento nenhum real para pagamento da cooperativa. Não estava previsto no orçamento nenhum real para manutenção das unidades de saúde, para manutenção de equipamentos da UTI, para manutenção de equipamentos hospitalares. Não estava previsto um real no orçamento. Foi esse o orçamento que chegou a esta Casa. Esta Casa se mobilizou. Aprovou uma emenda de 58 milhões, tirando sabe Deus de onde, para garantir pelo menos até maio o pagamento das despesas de manutenção, inclusive, de limpeza, de toda manutenção hospitalar, também pagar os médicos especialistas, senão, dia 30 de janeiro teriam ido embora daqui os oncologistas, os cardiologistas, os cirurgiões, de todas as especialidades que não são concursados teriam ido embora do Estado. Então, quando eu escuto a nossa vontade de ir e querer fiscalizar, de reivindicar, eu fico imaginando de onde vai sair o dinheiro, porque o orçamento da saúde dá dó. Não é só o da saúde não. Nós assistimos aqui todos os dias reivindicações salariais. A segurança pública, polícia militar, polícia civil, toda a área de segurança, onde tem 91% dos recursos aprovados no seu orçamento comprometido para pagamento de salários. Na saúde não é diferente. Dos recursos da educação, do FUNDEB, têm também 91% dos seus recursos comprometidos com salários. Às vezes, quando vejo a reivindicação das pessoas pedindo aumento salarial ou pedindo que sejam chamadas as pessoas do cadastro de reserva, fico calada, pois é o que tenho feito, mas eu também quero o ideal, também quero o bom atendimento da população, mas me pergunto, como faremos isso? De onde vamos tirar dinheiro? Temos assistido ao longo destes seis meses, em Caracaraí, Iracema e vários outros Municípios, onde a saúde era municipalizada, entregar a responsabilidade da saúde para o Estado, pois, eles não estão conseguindo atender. Vamos dar um exemplo: o Pronto-Socorro atende, em média, 600 pessoas por dia. hoje ele atende 1200. Então, o medicamento que tem lá não dá para atender durante quinze dias. O Estado cresceu. O problema da saúde é um problema do Brasil inteiro, e a gente também não quer que aqui tenha problemas, você não quer, eu não quero e ninguém quer. Mas, infelizmente, enquanto o nosso Estado não sair dessa dependência de 80% do FPE, nossos servicos estarão piores a cada dia. Nós, os Deputados, temos que começar a analisar muito bem o orçamento, pois existem questões nele que a gente ainda não entende direito. Fui tentar mexer em um valor no orçamento da segurança pública para mandar para a saúde, mas descobri que não podia, pois, esse valor era para pagamento de auxílio-alimentação, fardamentos e outras questões que fazem parte da segurança. Por isso, nós Deputados temos que ficar muito atentos e conhecermos o orçamento que aprovamos. Temos que saber que estamos vivendo uma crise que, para solucioná-la, nem nós nem o governo podemos fazer milagres. Então, temos que estar atentos a isso para tirarmos a culpa das nossas costas, a culpa é dos políticos, nós somos a palmatória do mundo, mas não podemos fazer nada diante do orçamento que esta Casa aprovou. Essa emenda que fizemos de 58 milhões, quando chegar maio acaba o orçamento para pagamento dos serviços de cooperativa e de manutenção, o que significa que pode piorar ainda mais a situação. Obrigada.

O Senhor Deputado **Izaias Maia** – Obrigado, Deputada Aurelina e demais Deputados pelo aparte. Só gostaria de dizer que diante das dificuldades que, pelo menos, devíamos tentar fazer alguma coisa por aqueles que não têm condições de comprar uma dipirona. O Ministério Público trabalhando, fazendo a parte dele, nós temos a obrigação de zelar também pelos direitos do nosso povo. Gostaria de pedir a atenção do Deputado Brito para dizer que todas as áreas de limpeza do hospital vão parar, porque, segundo as informações, o governo não pagou as empresas que prestam serviços e eles já avisaram que vão parar. E aí a situação vai



ficar pior ainda. Obrigado.

O Senhor Soldado Sampaio - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom-dia a todos aqui presentes. Acompanhei atentamente ao pronunciamento do Deputado Izaias Maia e as contribuições dos demais colegas e concordo, é realmente grave a situação financeira do Estado em honrar seus compromissos, mas, não podemos deixar de dizer que as gestões anteriores têm parcela de culpa nessa situação, pois, deixaram o Estado em uma situação calamitosa. Isso é fato e não dá para dizer o contrário. Agora, é preciso que a gestão tenha habilidade de fazer o melhor com o pouco recurso que existe. É o que acredito. Acho que o caminho desta Casa é fazer uma fiscalização. Mesmo não fazendo parte da Comissão de Saúde, me coloco à disposição juntamente com o nosso Bloco para apurarmos o que está acontecendo, saber do que se trata esse mandado de busca e apreensão, pois, a informação que tenho, trata-se de um pedido negado pelo secretário em enviar um processo solicitado pelo Ministério Público, mas foi enviada uma justificativa ao Ministério Público dizendo que o referido processo estava na Controladoria Geral do Estado, e o Ministério Público entendeu que era má vontade do secretário entrou com o mandado de busca e apreensão. Acho que, neste momento, quem pode nos dar maiores informações é a Comissão Especial, criada por esta Casa e que já vem apurando há alguns dias se há ou não algo errado na saúde. O Ministério Público apenas requisitou o processo, que foi negado. A saúde mandou uma justificativa, que o Ministério Público não aceitou e mandou buscar o processo com um mandado de busca e apreensão. O Ministério Público fez o papel dele, cabe a nós fazermos o nosso. Quero me colocar à disposição da Comissão de Saúde para acompanhar isso de perto, pois, tenho todo interesse nisso. Mas, o que me trouxe aqui hoje é outro assunto. Quero fazer uma prestação de contas da nossa semana que passou, muitos Deputados viajaram para o encontro da UNALE, eu não pude ir, mas gostaria de ter ido. E, que já tinha um compromisso pré-agendado em Brasília para fazer visitas para nossa bancada federal e também ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Então, gostaria de prestar contas aos senhores Deputados sobre o que se passou.

Senhoras e Senhores Deputados, visitamos o Ministério do Meio Ambiente, visitamos o Ministro da Ciência e Tecnologia, Aldo Rebelo, visitamos a Senadora Ângela Portela, o Deputado Federal Remídio Monai, Jhonatan de Jesus, Iran Gonçalves, Abel Galinha e também o Senador Telmário Mota. Levamos nossa intenção em fomentar a boa relação entre a bancada federal e o Governo do Estado, sabendo, como falou a Deputada Aurelina, da nossa dependência dos recursos federais. Temos que criar mecanismos para a captação de recursos junto ao Governo Federal. E para isso, é de suma importância termos uma boa relação com a bancada federal e acima de tudo que o Governo apresente projetos junto ao Governo Federal para captar recursos. Foi nessa linha que nós levamos, Deputado Brito, o Presidente do IACTI, Marcelo Nunes, com todos seus diretores, exatamente para fazer uma sondagem, um levantamento junto a esses Ministérios em busca de recursos. Apresentamos bons projetos tanto no Meio Ambiente quanto na Ciência e Tecnologia. Ficamos surpreendidos com a quantidade de recursos disponíveis naqueles Ministérios, prontos para ser disponibilizados para o Estado de Roraima. Nós, juntamente com a direção do IACTI: Marcelo Nunes, Professora Ana Freitas e Lurenes, apresentamos vários projetos de fortalecimento, em especial, da agricultura familiar do nosso Estado, voltada à questão ambiental e fundiária. Deputado Oleno, fiquei surpreendido pela boa vontade do Governo Federal em resolver de uma vez por todas a questão fundiária e a questão ambiental no nosso Estado. Visitamos o Ministério do Meio Ambiente, Deputado Gabriel, onde sentimos, por parte dos técnicos, dos diretores e dos secretários, a boa vontade em ajudar Roraima a aprovar o Zoneamento, com toda a orientação, diferentemente da discussão anterior que era simplesmente algo construído entre quatro paredes sem ouvir a sociedade e sem um canal de diálogo com o Ministério do Meio Ambiente. Hoje não, hoje está sendo construído a quatro mãos. O Governo do Estado, com a SEPLAN, com o ITERAIMA, como o IACTI, com a FEMARH, forma um comitê para elaborar as propostas de zoneamento, pois estão em sintonia. Neste momento, estão em Brasília a semana toda, exatamente, acertando os pormenores para a gente aprovar o zoneamento até o meado de setembro. Se depender do Governo do Estado e da boa vontade do Governo Federal, será aprovado, não tenho dúvida disso, mas muitas coisas dependem desta Casa, também. É preciso que esta Casa tenha coragem de enfrentar os obstáculos que houver para aprovar o ZEE. Então, foi um avanço significativo. Quero, aqui, de antemão, parabenizar o Secretário da SEPLAN. Doutor Alexandre Henklain pela sua habilidade, conhecimento. boa vontade. Parabenizar a FEMARH, parabenizar o ITERAIMA, o IACT, pelo belo trabalho que está sendo feito na discussão da condução do ZEE, assim como, na questão de transferência de terras, na ampliação de algumas reservas e criação de outras, respeitando, acima de tudo, as pessoas que lá moram. Então, quero transmitir essa boa nova para o povo roraimense, pois vamos aprovar esse zoneamento o quanto antes. Quero informar que também visitamos o Ministério de Ciências e Tecnologias e lá fomos recebido pelo Ministro Aldo, juntamente com a Senadora Ângela que se colocou à disposição para ajudar Roraima. O nosso pleito feito lá, Deputado Gabriel, junto ao Ministro, foi a prorrogação de um convênio entre o IACTI e a FINEP, um convênio de 10 milhões de reais que é para a construção da sede do IACTI e do Parque Tecnológico do IACTI ali, no Parque Anauá. Uma mega estrutura que irá ajudar de fato a nossa agricultura a se desenvolver, porque lá se criam "n" laboratórios de ponta ao incentivo de pesquisa que venha, realmente ajudar o Estado de Roraima. Esse convênio foi firmado há seis anos, Deputado Gabriel, e o Governo do Estado, Governo que passou nunca deu um centavo de contrapartida, e aí liberou a primeira etapa, deu início à construção no Parque Tecnológico lá no Parque Anauá, e aí ficou se prorrogando por várias vezes, já é a terceira prorrogação, e o governo anterior não apresentou nenhum centavo de contrapartida. Eram sete milhões do Governo Federal e três milhões do Governo do Estado. As etapas seguintes só irão acontecer se o Governo do Estado liberar a sua contrapartida. Isso não é só no IACT, mas em outras secretarias, em outros convênios que estão parados, porque o governo não apresentou a contrapartida. Enfim, estivemos por mais uma vez lá, convencendo o ministro a prorrogar, fazer uma intervenção junto à FINEP para prorrogar esse convênio por mais um ano para que possamos, de fato, dar continuidade às obras. E o atual Governo, diferente do que estão falando aí, já disponibilizou 600 mil reais de contrapartida. Eu aloquei 500 mil reais das minhas emendas como contrapartida, pois devemos apresentar algo em torno de um milhão e cem mil ainda este ano para servir de contrapartida para esse convênio, aí nós vamos liberar a segunda parcela para dar continuidade na construção do parque tecnológico. Acredito que até final do ano que vem nós estaremos inaugurando esse parque tecnológico no Estado de Roraima. Também, no mesmo sentido, era o CDT - Centro de Difusão Tecnológica, voltado ao fomento e desenvolvimento de pesquisas, difusão de tecnologias na área do leite, para as comunidades do Alto Alegre, assim como, também, de Caracaraí, voltadas para as frutas, assim como em Mucajaí, na área da piscicultura e na região do Cantá, na área do mel. O CDT que já perdura por mais de seis anos esse investimento do Ministério de Ciências e Tecnologias e o Governo anterior não teve, sequer, a competência de usar os recursos disponíveis por parte do Governo Federal. Não falo nem na contrapartida que nunca foi apresentada, mas, simplesmente, esse CDT foram contas que estão abandonadas há mais de seis anos sem serem inauguradas e sem estar prestando servicos à sociedade roraimense. Pedimos apoio ao Ministro Aldo que se colocou à disposição para nos ajudar a inaugurar o CDT ainda este ano, devem ser inaugurados pelo menos dois CDTs ainda este ano. Ele se colocou à disposição para vir a Roraima fazer a inauguração desses CDTs. Acredito que nos meados de setembro, outubro, estaremos inaugurando esses CDTs que terão grande importância para capacitar, para preparar as pessoas que moram em torno desse CDT com a difusão de conhecimento, tecnologia e ciência. Isso é importante, pois estaremos preparando o agricultor a preparar a sua produção, a agregar valor, a produzir doces, a aproveitar o leite para fazer um queijo, uma coalhada, fornecer para supermercados, escoar para o Estado do Amazonas. Essa é a intenção maior do CDT. Então, essas foram as nossas ações junto ao Governo Federal na semana em que estivemos em Brasília. Também, apresentamos alguns projetos importantes junto ao Fundo Amazônico, Deputado Brito, por exemplo, a necessidade de reflorestarmos as APPs. Nós sabemos que muitos pequenos, médios e grandes agricultores já devastaram acima dos 20% do que é permitido por lei. E destes, caso nos chegarmos a aprovar os 65% a nossa reserva legal, a nossa área de preservação, nós podemos aproveitar a emenda do Código Florestal da Senadora Ângela Portella para explorar até 50% das nossas terras agricultáveis. E, com isso, muitos agricultores já ultrapassaram até os 50%. E esses agricultores estão inviáveis economicamente para acessar um recurso, em especial, agora, após o cadastramento rural, pois esse cadastramento vai identificar, de fato, pois quando ele é feito, você adiciona no Ministério do Meio Ambiente, as quatro coordenadas do seu lote. Então, automaticamente, o Governo Federal vai ter acesso às imagens da sua área e vai conseguir fazer um diagnóstico do seu lote se você tem preservado, de fato, as reservas legais. Muitos agricultores já ultrapassaram os limites, e não será com uma ação repressiva de multar essas pessoas, de o IBAMA ou a FEMARH vai dar multas de 05, 10, 15, 20, até 200 mil reais a esses agricultores, pois esses agricultores ficam inviáveis, eles não conseguem vender o lote, ele não consegue acessar um crédito de financiamento e termina o governo, às vezes, não vai leiloar esses lotes quer dizer termina ficando o pequeno agricultor engessado de produzir. Então, nós apresentamos um projeto chamado Reflorestar exatamente com o objetivo

de criarmos uma cultura no Estado de Roraima, identificar essas pessoas, capacitar, preparar essas pessoas, fornecer a essas pessoas mudas de plantas, treiná-las para que elas possam reflorestar a sua área. Depois, legalizar perante os órgãos ambientais e ter acesso aos créditos do Governo Federal e do Governo do Estado para desenvolver os seus lotes. Então, apresentamos essa proposta, teve muito boa aceitação essa proposta no Fundo Amazônico, tivemos muito boa aceitação dessa proposta por parte do Ministério do Meio Ambiente que ficou feliz com essa ideia, pois, além do Acre, o segundo estado a apresentar uma proposta dessa magnitude será Roraima. Portanto, ficamos felizes e acreditamos que teremos sucesso na aprovação dessa proposta ainda este ano. E, também, fizemos uma proposta junto ao Ministério de Minas e Energia de criarmos bolsas de estudo na área técnica, graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, algo em torno de 200 bolsas de estudos, através do IACTI, financiadas pelo governo federal. Existe o recurso, está disponível, basta apresentar o projeto. E foi assim que fizemos. Acreditamos que logo obteremos algumas bolsas de estudos de capacitação voltados para o homem do campo, ao setor produtivo. Ficou bem clara a nossa proposta, queremos capacitar quem de fato mora no campo, não é dar bolsa para quem mora na cidade e não tem noção do que é uma agricultura familiar, o agronegócio, simplesmente quer ter mais um diploma no seu currículo. Queremos direcionar essas bolsas ao homem do campo. Apresentamos também uma proposta de revitalização do museu de Roraima. O governo anterior fez uma proposta para recuperar o museu, algo em torno de 500 mil reais, para recuperar o telhado e mais algumas coisas, foi apresentada uma proposta, mas a proposta não atendeu a sociedade nem as intenções dos pesquisadores e, acima de tudo, não mantém a originalidade do museu. Quem conhece sabe que tem uma arquitetura na sua construção. De acordo com essa proposta, ia retirar o telhado de madeira e colocar tudo de cimento e ferro. Houve uma reação muito grande por parte das pessoas, das famílias tradicionais de Roraima, dos professores, dos pesquisadores que não aceitam de forma alguma remodelar o museu com uma nova estrutura arquitetônica. A idéia é manter a arquitetura original, feita com madeira. Para isso, fizemos uma proposta junto ao Ministério de Tecnologia da necessidade de ampliar esse convênio, visando manter a estrutura original, respeitando a nossa história, a cultura do povo roraimense. Neste sentido, apresentamos a proposta, e sentimos boa vontade para atender o pleito do Estado de Roraima. Essa foi a nossa prestação de contas da nossa ida a Brasília na semana passada, visitando a nossa Bancada Federal, passei quatro anos cobrando do governo passado uma solução para a questão fundiária do Estado e fico feliz. Acredito que. nos próximos dias, teremos algumas propostas enviadas pelo Executivo para esta Casa para que possamos aprovar ainda no primeiro semestre para darmos continuidade às negociações entre o governo de Roraima e o governo federal pelas transferências de terras e do zoneamento. Vamos precisar de boa vontade desta Casa em aprovar algumas legislações que o governo está exigindo, como demonstração de boa vontade, que queremos de fato fazer acontecer o zoneamento, as transferências das terras para Roraima e retirar essas amarras que vêm engessando o desenvolvimento do Estado de Roraima. Quero conclamar a todos para votar ainda neste semestre esses projetos que serão de grande relevância para regulamentarmos o desenvolvimento no Estado. Obrigado.

O Senhor Presidente (Jalser Renier) - Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos a Ordem do Dia: Discussão e votação, em primeiro turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 002/15, que "Acresce dispositivos normativos ao texto constitucional vigente tratando sobre a compensação financeira aos municípios onde haja exploração de recursos hídricos com o fim de geração de energia elétrica". Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 023/15, que "Permite no âmbito do Estado de Roraima, a Realização de Eventos denominados rodeios, vaquejadas e corridas de cavalos", de autoria do Deputado Marcelo Cabral; do Projeto de Decreto Legislativo nº 012/14 que "Declara de Utilidade Pública o Clube Atlético Independente- CAI, e dá outras providências", de autoria do Deputado Gabriel Picanço; do Projeto de Resolução Legislativa nº 006/15, que "Dispõe sobre a política de segurança da informação no âmbito dos sistemas de comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e dá outras providências"; do Requerimento de Pedido de Informação nº 003/15, solicitando encaminhamento de Pedido de Informações feito para o Secretário de Estado da Cultura, sobre a Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller, de autoria do Deputado Jânio Xingú.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão em conjunto possa analisar o Projeto de Lei nº 023/15, e a Comissão de Constituição Justiça e Redação Final pudesse analisar o Projeto de Decreto Legislativo nº 012/14 e Projeto de Resolução Legislativa nº 006/15.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Solicito ao Senhor

Primeiro-Secretário que proceda a leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 02/15 e o Parecer da Comissão Especial Interna.

- O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pede Questão de Ordem Senhor Presidente, solicito que faça a verificação de quorum para deliberação da matéria.
- O Senhor Presidente (Coronel Chagas) Há quórum, Senhor Deputado.
- O Senhor Primeiro-Secretário **(Naldo da Loteria)** (Lida a Proposta de Emenda à Constituição e o Parecer da Comissão Especial Interna).
- O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) Em discussão a matéria. Não havendo nenhum Deputado para discutir, solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quorum para a votação.
- O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) Não há quorum para deliberar a matéria, Senhor Presidente.
- O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) Não havendo quorum para deliberação da matéria, transfiro para a pauta da próxima Sessão. Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 06/15.
- O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) Senhor Presidente, não há quorum para deliberação do Projeto.
- O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) Não havendo quorum regimental para deliberação das matérias constantes na pauta da Ordem do Dia, as transfiro para a próxima Sessão.

Passamos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Atendendo o chamado do Presidente durante a Sessão de hoje, convido os Senhores Deputados Membros da Comissão de Educação, Desporto, Cultura e Saúde para uma reunião após o término da Sessão, convido também o líder do bloquinho, Deputado Sampaio, o Deputado Mecias de Jesus e o líder do governo Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) — Quero comunicar aos Senhores Deputados que o prazo para apresentação de emendas ao projeto da LDO, que tinha findado no dia trinta de maio, foi prorrogado por deliberação do plenário até o dia 15, tendo em vista o problema de energia ocorrido na semana passada, prorrogamos o prazo até amanhã. Portanto, o Deputado que quiser apresentar alguma emenda terá até o final do expediente de amanhã para fazê-lo, já está assinado o edital de convocação da comissão de orçamento para deliberar no âmbito da comissão na próxima terça-feira às 15h e, em seguida, colocarmos a matéria em plenário.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 18 de maio, a hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaias Maia, Jalser Renier, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto

